SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 5.109, de 2023

(Apensado: Projeto de Lei 5.154 de 2023)

Insere os art. 7°-C e 7°-D na Lei n° 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para incluir disposições sobre a proteção de advogados que sofrem ameaça, coação ou violência no exercício da profissão, nos termos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei insere os art. 7º-C e 7º-D na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para incluir disposições sobre a proteção de advogados que sofrem ameaça, coação ou violência no exercício da profissão, nos termos que especifica.

Art. 2º A Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida dos art. 7º-C e 7º-D, com as seguintes redações:

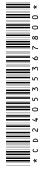
"Art. 7°-C Considera-se violência contra advogado toda ação, ameaça ou coação, praticada por qualquer pessoa, que atente contra a sua integridade física, moral ou patrimonial, bem como as ações constantes do art. 147-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando realizadas em razão do exercício da profissão.





- §1º O advogado que sofrer violência no exercício da profissão poderá requerer ao juiz, no âmbito da Justiça Federal ou Estadual, ou à autoridade policial, as seguintes medidas protetivas:
- I proibição de contato por qualquer meio, do agressor com o advogado e com seus familiares;
- II restrição ou proibição de acesso do agressor às proximidades do escritório de advocacia ou da residência do advogado;
- III prestação de serviços de assistência psicológica e jurídica ao advogado, além de outras medidas abarcadas pela rede de apoio às vítimas, necessárias ao seu restabelecimento;
- IV outras medidas que se fizerem necessárias para a proteção do advogado.
- §2º O juiz competente para a concessão das medidas protetivas será o da Comarca em que ocorrer a violência.
- §3º As medidas protetivas serão concedidas em caráter de urgência, independentemente de audiência de custódia, e terão validade por 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período ou conforme a necessidade, a fim de atingir os objetivos desta Lei.
- **§4º** As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento do advogado ofendido em razão do exercício da profissão.
- §5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência, a fim de que se garanta a integridade física do advogado.





Art. 7º-D Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei sujeita o infrator à pena de 3 (três) meses a 2 (dois) anos de detenção.

§1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis". (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2024.

Dep. Alberto Fraga (PL/DF)
Presidente da CSPCCO



